



A movimentação comercial de um negociante em Pernambuco no final do século XVIII: o diário de escrituração de Bento José da Costa

The commercial movement of a merchant in Pernambuco in the late eighteenth century: the bookkeeping diary of Bento José da Costa

MELO, Felipe Souza¹

Resumo: O artigo trata da movimentação comercial e dos contatos de um mercador estante em Recife no final do século XVIII, Bento José da Costa. A partir da quantificação de seu diário de escrituração foi possível uma análise detalhada das operações mercantis do negociante no mercado colonial e no mercado metropolitano. O artigo ressalta a importância do dinheiro para o giro mercantil de sua casa, o grande contato que tinha com os mercadores coloniais e de como os retornos de seus investimentos demoravam em ser concretizados. Além disso, a investigação chama a atenção para os diferentes tipos de negociações que esse mercador fazia.

Palavras-Chave: Comércio colonial entre Brasil e Portugal. Contabilidade. Estratégias

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Econômica, FFLCH/USP. O artigo contou com apoio financeiro da Fapesp/Capes [Nº do processo 2014/11038-1]. Uma versão provisória do texto foi apresentada no *Colóquio Trajetórias de vida num oceano de negócios: organização mercantil, hierarquias sociais e inversão de capitais*, organizado pelos Professores Maximiliano M. Menz e Jesus Bohorquez, realizado na Universidade Federal de São Paulo em junho de 2017. Agradeço aos participantes do evento pelas críticas e sugestões que fizeram ao trabalho. E-mail para contato: felipe_melo1989@hotmail.com.

de negócios.

Abstract: The article deals with the commercial movement and the contacts of a merchant based in Recife, Bento José da Costa, at the end of the eighteenth century. Based on the quantification of his bookkeeping journal, a detailed analysis of this merchant's commercial operations in the colonial and metropolitan marketplaces was possible. The article underscores the importance of money to the mercantile flow of its business, the close contact it had with colonial merchants, and how the returns of its investments were slow to materialize. In addition, the research draws attention to the different types of negotiations that this merchant did.

Keywords: Colonial trade between Brazil and Portugal. Accounting. Business strategies.

1. Introdução

Nascido em outubro de 1759, na comarca de Vila Real em Braga, Norte de Portugal, o comerciante Bento José da Costa só irá aparecer no território colonial em setembro de 1786, momento em que tinha seus 27 anos.² Da época em que se instalou em Recife até 1799, quase nada se sabe a seu respeito. É do conhecimento que, nessa última data, Bento José possuía um engenho e era contratador dos dízimos da capitania do Ceará. Por meio de um requerimento feito ao rei, é possível saber que o comerciante se dirigia pessoalmente a região do contrato, pois pedia licença para usar armas de fogo contra os “negros fugidos e ladrões” durante o percurso que fazia (AHU, D. 14408).³ Já no ano seguinte, conseguiu arrematar os contratos dos dízimos da freguesia do Cabo, Ipojuca, Alagoas e Penedo, tudo somando 56.180.000 réis.⁴

Nesse momento, em finais de 1799, ele já era classificado pela Junta Governativa da capitania, como “um dos principais comerciantes desta praça, que tem sido arrematante dos contratos reais” e que tem “pago grande soma de direitos de mercadorias despachadas na alfândega desta cidade”. Foi agraciado com o posto de tenente-coronel da vila do Recife em 1800, mercê requisitada pelo comerciante em 1794 (AHU, D. 14862). Além de mercador e contratador, ele também investia em embarcações que faziam a ligação entre Recife e Lisboa.⁵ Após a abertura dos portos em 1808, possuía uma sumaca que fez viagem direta entre Pernambuco e Londres (AHU, D. 18062). Em 1814, era de sua propriedade uma outra sumaca, fabricada na capitania, que fez viagem de Recife para “Boston e mais portos dos Estados Unidos” (AHU, D. 18505). Em 1823, com o Brasil recém independente, tinha um bergantim que fazia viagem para o Porto,

² Os dados biográficos de Bento José da Costa se encontram em SOUZA, 2007, p. 732-733. O primeiro registro que ele deixou em Pernambuco se encontra no Instituto Arqueológico Histórico Geográfico Pernambucano (IAHGP). Códice 169 - Diário de escrituração de Bento José da Costa - 1786 -1792. Doravante, IAHGP, Códice 169.

³ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), avulsos de Pernambuco, Documento (D). Doravante AHU, D.

⁴ COUTINHO, 1808, 86. O contrato dos dízimos da freguesia do Cabo foi arrematado por 15.810.000 réis, tendo como fiador Antônio Marques da Costa Soares. Ipojuca: 15.910.000, com o mesmo fiador da freguesia do Cabo. Alagoas: 14.400.000 réis, fiadores Domingos Afonso e Francisco Carneiro. Penedo: 12.060.000 réis, com os mesmos fiadores dos dízimos de Alagoas.

⁵ AHU, D. 17262. Fora essa embarcação, Bento também possuía um bergantim que fazia a rota Recife-Lisboa em 1813, cf. AHU, D. 18416. Um navio que fazia a mesma rota em 1815, cf. AHU, D. 18612. Uma galera e um navio em 1819, cf. AHU, D. 19040 e 19109.

com escala em Gibraltar e uma sumaca que realizou contato com o porto espanhol de Tarragona, também com escala em Gibraltar (AHU, D. 19789 e 19804).

Assim, a trajetória de Bento José da Costa repete um padrão há muito tempo identificado pela historiografia: um português que tentou fazer a vida, via comércio, em território colonial (PEDREIRA, 1998-1999; COSTA, 2014. MENZ, 2017). Bem sucedido, na idade dos 40 anos, ele já era identificado como um dos principais negociantes do Recife.

Percursos biográficos de indivíduos que se dedicaram a vida mercantil no Império Português foram amplamente estudados pela literatura histórica. De particular incidência são os entrecruzamentos das atividades mercantis e fiscais. Exemplo pioneiro consiste nos levantamentos iniciais de Myriam Ellis que explorou as intersecções entre a atividade dos contratadores de tributos conjuntamente com as práticas mercantis dos próprios comerciantes que se dedicavam ao negócio dos contratos régios, tanto no Brasil como em Portugal. Além disso, liga essas operações aos aspectos sociais dos grandes homens de negócios e arrematadores durante o século XVIII, atentando para a composição do patrimônio material de diversos indivíduos dedicados a mercancia (ELLIS, 1982).

Passos mais largos e sistematizados foram dados por Jorge Pedreira com sua ampla apreciação prosopográfica e sociológica dos homens de negócio de Lisboa na segunda metade do século XVIII (PEDREIRA, 1995). Estudo que deve ser lido em conjunto com as análises dos negociantes de Lisboa feitas por Carlos Guimarães da Cunha para o mesmo período (CUNHA, 2014).

Investigações igualmente verticalizadas da atuação dos mercadores residentes nos espaços coloniais, enfatizando diferentes aspectos econômicos e com diferentes problemas de pesquisa em mente são bem numerosos. Basta mencionar, contudo, o rico quadro que David Grant Smith montou da comunidade mercantil que atuava entre Salvador e Portugal no século XVII, realçando os traços religiosos do comércio entre cristãos novos e cristãos velhos, algo possível graças, sobretudo, as fontes inquisitoriais (SMITH, 1975).

Rae Flory, escrutinando os cartórios notariais de Salvador e Cachoeira, ajudou a estender o nosso conhecimento sobre os mercadores baianos até a década de 1720 (FLORY, 1978). John Norman Kennedy, observando a interação da elite colonial baiana (entre elas a mercantil) e Catherine Lugar se debruçando exclusivamente na comunidade dos negociantes daquela praça, auxiliaram para confeccionar um quadro ainda mais nuançado das atividades comerciais na Bahia da segunda metade do século XVIII e início do XIX (KENNEDY, 1973; LUGAR, 1980). Em comum a quase todos esses trabalhos foram os esforços em se montar biografias mercantis de agentes sediados na colônia, seus contatos comerciais com outras praças e estratégias de negócios.⁶

Para o mercado do Rio de Janeiro, pensando nas formas mercantis de acumulação endógenas, João Fragoso e Jucá de Sampaio se apoiaram sobre uma grande miscelânea de documentos produzidos na praça carioca. O trabalho de Sampaio, que incidiu sobre o período de 1650 a 1750 e a pesquisa de Fragoso, no recorte entre 1790 a 1830, foram acompanhados pela reconstituição das redes mercantis transimperiais e extra-imperiais que Fabio Pesavento realizou por meio dos cartórios de Lisboa e do Rio de

⁶ Ainda é possível citar os trabalhos de SCHWARTZ, 1988; RIBEIRO, 2009; SOUZA, 2012; SANTOS, 2015, que trataram, direta ou indiretamente, de mercadores na Bahia.

Janeiro entre os anos de 1750 a 1790 (FRAGOSO, 1998; SAMPAIO, 2003; PESAVENTO, 2009). Da mesma forma que os trabalhos apontados para a Bahia, para o Rio, os três historiadores também teceram várias biografias de comerciantes coloniais.⁷ Contudo, uma das mais ricas fontes para se adentrar ao mundo dos agentes do comércio foram as correspondências mercantis e as missivas referentes a Francisco Pinheiro, negociante de Portugal que tinha trato com vários comerciantes do Brasil, Europa e da África são talvez as mais importantes para o caso do comércio do Império Português.

As potencialidades dessa imensa documentação de mais de 5.600 documentos foram amplamente depuradas pelos trabalhos dedicados a explorar os impactos da mineração na lide mercantil durante a primeira metade do século XVIII (LISANTI, 1973; ALDEN, 1975). Por meio dela e de outras fontes, Júnia Ferreira Furtado esmiuçou a forma pela qual os interesses metropolitanos, na figura dos comerciantes, se interiorizaram na colônia. Antes de exercerem um suposto domínio sobre o território brasileiro, esses mercadores se utilizavam do espaço colonial para alavancarem suas posições sociais, ao mesmo tempo em que influenciavam e solidificavam relações mercantis com o mercado interno das minas e do litoral (FURTADO, 2006). Abordagem muito semelhante, a de William Donovan que, também manuseando as correspondências de Francisco Pinheiro, descobriu um rico cenário para o comércio colonial entre as minas, o Rio de Janeiro e Lisboa, e a posição ativa dos negociantes coloniais ali estantes, bem como as formas de agenciamento que os possibilitavam contornar os riscos dos empreendimentos coloniais e ultramarinos (DONOVAN, 1990).

Para o caso de Pernambuco, trajetórias mercantis foram recriadas primordialmente pelos trabalhos de José Antônio Gonçalves de Mello, se servindo das atas da câmara do Recife da primeira metade do século XVIII (MELLO, 1981). George Felix Cabral de Souza, compulsando os registros das habilitações da Ordem de Cristo e das habilitações de familiar do Santo Ofício, além das próprias atas da câmara do Recife e diversos outros documentos, realizou um extenso mapeamento de comerciantes que negociavam em Pernambuco durante todo o século XVIII (SOUZA, 2007). Tanto Mello como Souza, contribuíram para construir um vívido quadro econômico-social da capitania de Pernambuco, apontado para os diversos conflitos, solidariedades e interdependências entre os comerciantes, senhores de engenho e oficiais da vereança.⁸

O meu artigo se baseia nessa rica historiografia e procura colaborar para a compreensão do mundo mercantil ao analisar uma fonte pouco explorada até agora: o diário de escrituração de um mercador, um registro de natureza contabilística cujo o exame consiste na tabulação extensiva de centenas de nomes e números. Uma fonte um pouco árida quando trabalhada de forma isolada. Nesse sentido, faz-se necessário lembrar do trabalho de Alexandra Maria Pereira que também fez uso de uma extensa documentação contábil de um mercador e descobriu, por esse meio, a movimentação comercial de sua casa de negócios que operava nas minas durante a primeira metade do século XVIII. Conjugada com outras fontes, possibilitou apreciações acerca do patrimônio do mercador e suas redes mercantis que lhe permitiram ascender socialmente (PEREIRA, 2013).

O objetivo do artigo é o de justamente lançar luz sobre o período anterior a

⁷ Outras referências a mercadores no Rio de Janeiro se encontram em FRAGOSO, BICALHO e GOUVÊA, 2001, assim como nos recentes volumes de FRAGOSO e GOUVÊA, 2014.

⁸ No que se refere a trajetórias específicas, ver MELLO, 1957; MARQUES, 2007; SOUZA, 2016.

ascensão mercantil de Bento José da Costa, mercador atacadista residente em Recife, atentando, sobretudo, para o modo de se fazer comércio no mundo colonial. Para isso, me utilizei das informações do seu diário de escrituração: um códice que registra movimentações comerciais, isto é, dinheiro e mercadorias que entraram e saíram diariamente de sua casa de negócios entre setembro de 1786 a outubro de 1789.⁹ Secundariamente, também foram empregadas escrituras notariais depositadas nos cartórios de Lisboa que registram algumas operações desse mercador.

Uma documentação como o diário de escrituração permite explorar temáticas caras a história econômica, tais como o estudo de redes, de organização comercial, de consumo e do movimento de mercadorias no mundo de Antigo Regime. Pensando no limite de um artigo e na viabilidade de tratar um material tão vasto, a análise será restrita somente a uma modesta incursão nas formas de se fazer comércio e nas conexões desse mercador, além de um tratamento quantitativo da fonte. O texto é iniciado com uma ligeira explicação acerca da documentação, depois explora quantitativamente as movimentações comerciais de Bento e termina analisando as formas de fazer comércio e os principais agentes com quem o mercador tinha contatos.

2. A documentação

Registrar diversas operações mercantis em livros deveria ser algo corriqueiro para os mercadores gerirem melhor seus negócios. Transações, balanços, cartas e demais atividades eram registradas em cadernos específicos para que o próprio mercador – e/ou para quem ele estivesse negociando – tivesse veracidade, clareza e lisura do que estava acontecendo. Negociações poderiam demorar meses e anos, por isso um bom repertório de registros dava ao comerciante uma perspectiva mais exata daquilo que tinha feito e do que deveria fazer.¹⁰

A prática em lidar com esses livros, talvez derivada de experiências anteriores como caixeiro, foi seguramente aperfeiçoada pelas famosas aulas de comércio instituídas no período pombalino e os esforços da Junta do Comércio em formar um quadro mercantil munido de táticas contábeis (FALCON, 1993). Isso tudo contribuiu para que os comerciantes elaborassem os seus registros de forma regular e é, provavelmente, o caso de Bento José da Costa e de seu diário de escrituração.

O primeiro passo, de modo a deixar claro o tipo de documentação que será tratada, é descrever brevemente o seu conteúdo. Esse tipo de registro é bem simples. Ele se resumia a marcar a data da operação, o nome dos indivíduos que entregavam ou retiravam bens, suas localidades, o tipo de negociação (por conta e risco de Bento ou de outros), os valores e, às vezes, descrições detalhadas das mercadorias (tipos de fazendas, gêneros coloniais, quantidades e preços). O diário faz saber também de um outro registro, talvez o livro de contas correntes, uma vez que ao lado esquerdo dos fôlios vem indicada a paginação de algo denominado como “corrente”, conforme a figura 1 abaixo exemplifica.

⁹ Os registros do códice, na verdade, vão até agosto de 1792, cf. IAHGP, Códice 169.

¹⁰ Uma abordagem metodológica para lidar com livros contábeis antigos se encontra em DENSMORE, 1980 e em SCHULTZ e HOLLISTER, 2004, p. 142-143.

Figura 1. Reprodução de parte do diário de escrituração de Bento José da Costa



Fonte: IAHGP, Códice 169, f. 48.

O diário, organizado cronologicamente,¹¹ pode ser facilmente dividido em dois tipos de registros: tudo aquilo que saía e tudo aquilo que entrava na casa mercantil desse comerciante. Os primeiros ficaram gravados como “deve” e os segundos como “hadeaver”. Quando algum bem saía da casa mercantil de Bento, ele logo marcava o nome do cliente que o havia retirado e registrava a operação como sendo uma dívida. Quando algo entrava, ele igualmente marcava o nome do sujeito e registrava a operação como “hadeaver”. Essa última operação quer dizer duas coisas: ela pode significar que 1) Bento estava endividado com esses sujeitos ou 2) que eles estavam quitando dívidas. Em qualquer um dos casos, a nomenclatura era a mesma. O que saíam eram as fazendas (originalmente importadas do reino), dinheiro e gêneros tropicais (açúcar, algodão e couramas). O que entravam eram as fazendas importadas do reino, dinheiro proveniente de vendas a prazo (com ou sem juros) e gêneros tropicais. Vejamos detalhadamente essas operações.

3. Saídas de mercadorias

Em três anos de atividade, o que saiu da casa de Bento somou 128.061.242 réis (381 operações). Bento despachou mercadorias e emprestou dinheiro para um total de 134 pessoas. A maioria residia em Recife (61), mas os seus clientes também se encontravam no Ceará (principalmente em Acaraú e Curu), Rio Grande do Norte (no Açú), Bahia, Goiana, Maranhão, Paraíba, Pau do Alho, na Ponte do Peba (Ribeira do rio São Francisco) e também em Lisboa e Porto. Quando Bento liberava dinheiro de sua casa, o fazia de modo a pagar contas de outros mercadores ou o fazia como uma forma de empréstimo

¹¹ Às vezes, por descuido do próprio Bento, ele esquecia de registrar algumas contas. Por exemplo, em 1789 ele lançava pagamentos que lhe haviam feito em 1786. Cf. IAHGP, Códice 169, f. 70. Na capa do códice está escrito que é o “primeiro” livro de escrituração. Talvez, então, Bento José da Costa iniciou os negócios em Pernambuco, de fato, em 1786.

direto. Essas operações que somaram 44 transações, totalizaram em 1.564.103 réis. Os gêneros coloniais remetidos para Portugal fecharam em 43.593.894 réis num total de 75 operações. O grosso dos despachos ficou a cargo das fazendas vendidas em território colonial. Foram 246 operações que somaram 61.199.287 réis.

Muitos comerciantes na colônia figuravam como seus clientes: 27 lojistas e 24 negociantes que assim foram denominados. Alguns poucos com patentes militares e muitos outros sem esse tipo de classificação. Nenhum foi denominado como senhor de engenho ou lavrador. Esses dados apontam, então, para a importância dos agentes mercantis intermediários que faziam a ligação entre as fazendas de um atacadista como Bento e os consumidores finais, incluindo os produtores de açúcar e de algodão. Muito possivelmente eram esses lojistas que financiavam o setor produtivo por meio de créditos e fazendas que originalmente eram fornecidos pelos atacadistas. Mais do que isso, os dados demonstram como as vendas de fazendas no território colonial eram muito mais pulverizadas do que, por exemplo, as remessas de gêneros coloniais para a metrópole que, como será mostrado, tendiam a ser mais centralizadas em torno de poucos mercadores residentes em Portugal.

As vendas de fazendas para os lojistas e negociantes da colônia era a atividade que tomava a maior parte de seu expediente. Quase todas as vendas eram a prazo. Contudo, foram raros os detalhes dessas operações. Somente em cinco delas Bento registrava taxas de juros de 20% a 30%, em contraste com a legislação régia que regulava os juros em, no máximo, 5%.¹² Quando Bento José emprestava, para alguns casos, era feito saber a presença de uma “obrigação”, provavelmente feita nos cartórios de Pernambuco, onde o devedor registrava a existência de débitos. Certa vez, José Monteiro de Mello, comerciante do Ceará, comprou mais de 6 contos de fazendas de Bento correndo juros e passava uma obrigação prometendo que iria pagar (IAHGP, Códice 169, f. 3.). No diário de escrituração em si, não aparecem os colaterais dos devedores, tais como hipotecas de bens.

Seja como for, dos 134 indivíduos que retiraram dinheiro e fazendas da casa de Bento, somente 20 deles foram responsáveis por 70% dos valores totais, conforme a Tabela 1 indica.

Tabela 1. Destinatários das mercadorias e dinheiro de Bento José da Costa (1786-1789)

Nomes	Localidades	Valores	Nomes	Localidades	Valores
Bernardo José da Costa	Lisboa	25.764.919	Luis Francisco do Rego (lojista)	Pernambuco	2.127.824
Manuel de Matos Simões	Pernambuco	11.646.933	Manuel Fernandes de Carvalho	Lisboa	1.750.738
José Monteiro de Mello	Acaraú	6.346.451	Manuel José Teixeira Bastos (lojista)	Pernambuco	1.709.698

¹² Para as taxas cobradas por Bento cf. IAHGP, Códice 169, f. 9v, 19v, 20v, 50 e 60. Para a legislação cf. SILVA, 1830-1849, p. 486-488.

Francisco Manuel Gomes Carvalho	Acaraú	5.234.930	Alexandre José de Araújo	Pernambuco	1.569.124
João de Oliveira Guimarães	Lisboa	5.124.486	Manuel de Arruda Silva (lojista)	Pernambuco	1.566.426
Antônio José da Silva Porto (lojista)	Pernambuco	5.112.073	Custódio Pereira de Castro	Lisboa	1.544.699
Francisco Luis Pereira de Castro	Lisboa	4.761.893	Luis da Silva Fialho (negociante)	Acaraú	1.524.936
Antônio José da Costa	Acaraú	4.084.315	Francisco José Peixoto de Freitas (lojista)	Pernambuco	1.448.886
Antônio Munis de Medeiros (lojista)	Pernambuco	3.547.934	Joaquim José Ferreira (lojista)	Pernambuco	1.322.640
José Serqueira da Costa (negociante)	Curu	2.412.827	Jerônimo Cabral de Oliveira	Açú	1.310.198
Total					89.911.930

Fonte: IAHGP, Códice 169

4. Entradas de mercadorias

Por sua vez, o que entrou na casa de Bento somou 94.403.033 réis (269 operações). Os gêneros coloniais ficaram responsáveis por 28 operações, totalizando 5.920.733 réis e as fazendas representaram 44, ficando em 52.043.324 réis. A entrada de dinheiro era a mais significativa em termos de expediente, pois representou 185 operações que somaram 32.739.593 réis. Ou seja, embora as vendas que Bento fazia fossem na forma de fazendas, os pagamentos que recebia eram, maiormente, em dinheiro. Os gêneros coloniais, como forma de pagamento, eram pouco representativos. Isso, em si, já chama a atenção para a importância de se ter numerário suficiente na colônia para a lubrificação das trocas. O dinheiro, portanto, era a forma preferida desse mercador de modo a reaver os investimentos iniciais em fazendas que havia feito. Com o dinheiro em mãos, ele adquiria os gêneros coloniais. Isso, por sua vez, explica porque a saída de dinheiro para o reino era pequena (mais de um conto) e que a saída de gêneros coloniais era maior (mais de 43 contos).

A presença de muito numerário que passava pelas mãos desse mercador não deve causar surpresa. Pernambuco era a região do Brasil que mais recebia ouro de Portugal, pois para comprar o algodão, o principal produto da capitania naquele momento e o mais caro, não eram mais suficientes as fazendas, sendo necessário aos mercadores trazerem ouro de fora para realizarem as trocas. Entre 1796 a 1807, Pernambuco recebeu 2.533 contos de moedas do reino e só retornou 58 contos. A situação não deveria ser muito diferente na década de 1780 quando o governador declarou abertamente que as

importações de produtos da metrópole não eram suficientes para comprar os gêneros tropicais da capitania. O grande fluxo de ouro para Pernambuco favorecia, portanto, trocas internas mediadas por dinheiro (ALEXANDRE, 1993, p. 68; MENZ, 2009, p. 93; Melo, 2017, p. 292). No total, Bento recebeu dinheiro e mercadorias de 87 sujeitos ao longo desse período, mas somente 20 deles ficaram a cargo de mais de 80% dos pagamentos, com os mercadores de Lisboa na frente. A Tabela 2 evidencia isso.

Tabela 2. Remetentes de mercadorias e dinheiro para Bento José da Costa (1786-1789)

Nome	Localidade	Valor	Nome	Localidade	Valor
Bernardo José da Costa	Lisboa	34.525.840	Custódio Pereira de Castro	Lisboa	1.431.810
Manuel de Matos Simões	Pernambuco	12.928.952	Tomás Lourenço da Costa	Pernambuco	1.291.185
Francisco Luis Pereira de Castro	Lisboa	5.199.140	Francisco José Peixoto de Freitas (lojista)	Pernambuco	1.193.535
João de Oliveira Guimarães	Lisboa	4.109.689	Raimundo Pinto de Carvalho	Lisboa	1.091.210
José Monteiro de Mello (negociante)	Acaraú	4.024.055	Joaquim José Ferreira	Pernambuco	1.064.312
Antônio José da Silva Porto (lojista)	Pernambuco	1.847.530	Gonçalo Fernandes Barroso		870.380
Antônio Munis de Medeiros (lojista)	Pernambuco	1.840.612	José Serqueira da Costa (negociante)	Curu	865.627
Manuel Fernandes de Carvalho	Lisboa	1.750.740	Domingos Mendes	Ponte do Peba	848.664
Alexandre José de Araújo	Pernambuco	1.566.425	Manuel da Fonseca Silva	Lisboa	833.840
Antônio José da Costa	Acaraú	1.561.905	Francisco Manuel Gomes Carvalho (negociante)	Acaraú	778.275
Total					79.623.726

Fonte: IAHGP, Códice 169

Observando os grandes números que esse mercador movimentou, já deve estar claro que as saídas foram maiores que as entradas, uma diferença de mais de 33 contos. Isso pode ser explicado pela própria natureza dos negócios mercantis de Antigo Regime. O retorno dos investimentos na colônia era mais lentos, por isso os lojistas e negociantes demoravam em pagar Bento, provavelmente por causa das sazonalidades das safras.

Por outro lado, para o negócio permanecer girando, um atacadista como Bento deveria ter um fluxo relativamente constante de fazendas de modo a continuar com os negócios na colônia. Por isso, ele insistia na importação de mercadorias do reino ao mesmo tempo em que os frutos do negócio colonial (os pagamentos que os coloniais

lhes deviam) ainda não estivessem finalizados. O Gráfico 1 e a Tabela 3 evidenciam as diferenças entre as saídas e entradas de mercadorias e dinheiro da casa mercantil de Bento José da Costa.

Gráfico 1. Movimentação semestral de saídas e entradas de mercadorias e dinheiro, em réis (1786-1789)



Fonte: IAHGP, Códice 169

Tabela 3. Movimentação semestral de saídas e entradas de mercadorias e dinheiro, em réis (1786-1789)

Períodos	Saídas	Entradas
2º Semestre de 1786	70.120	6.893.820
1º Semestre de 1787	8.777.591	2.508.860
2º Semestre de 1787	13.776.210	6.182.946
1º Semestre de 1788	23.214.683	6.009.051
2º Semestre de 1788	20.242.774	14.486.970
1º Semestre de 1789	40.064.395	37.686.013
2º Semestre de 1789	21.915.469	20.635.373
Total	128.061.242	94.403.033

Fonte: IAHGP, Códice 169. A fonte inicia os lançamentos do segundo semestre de 1786 no mês de setembro, enquanto que os lançamentos do segundo semestre de 1789 foram feitos por mim até outubro de 1789.

Um exemplo interessante para se ter uma ideia de quanto tempo esse mercador demorava para reaver seus investimentos, ou parte deles, é no caso da seguinte negociação. Além de um irmão em Lisboa, Bento também tinha um irmão em Acaraú¹⁵, no Ceará, chamado Antônio José da Costa. Numa só vez, o seu irmão lhe remeteu mais de 1 conto de mercadorias (algodão, couro e solas) em duas viagens de barco. Essas mercadorias eram parte de uma dívida que Antônio tinha com Bento de quase três contos. Antônio extraiu fazendas de Bento em janeiro e fevereiro de 1788 e só começou a pagá-lo em abril de 1789 (IAHGP, Códice 169, f. 7v, 8 e 36).

Já o expediente de Bento, pelo menos no que toca ao seu diário, era o seguinte. Em 1.095 dias – o que equivale a três anos - ele trabalhou somente 257. Mas, dentro desses dias, poderiam ocorrer mais de uma operação mercantil. No total, somando tudo

¹⁵ Ou Acaracú.

o que entrou e tudo o que saiu, a casa mercantil de Bento movimentou 222.464.275 réis, o que dá uma média de 865.000 réis por dia trabalhado e uma média de 342.000 réis por operação.

5. Tipos de negociações, conexões e agentes

Pela leitura das Tabelas 1 e 2 fica evidente uma pequena parte da hierarquia mercantil de Pernambuco e Lisboa. Apesar de ter muitos clientes, as maiores operações de Bento estavam ligadas a poucos mercadores e lojistas. O maior contato de Bento era Bernardo José da Costa, seu irmão estante em Lisboa. A negociação que ambos faziam era, como a própria documentação declara, “em igual parte”, o que quer dizer que lucros e perdas (os riscos) seriam divididos proporcionalmente.¹⁴ Foram 33 operações em que Bento remeteu para seu irmão os gêneros coloniais de maior importância e um pouco de dinheiro e 16 operações em que Bento recebeu de seu irmão dinheiro e fazendas. Portanto, Bernardo José era a principal fonte de fazendas de Bento e era o principal contato dele em Portugal para vender os gêneros coloniais.

Bento também fez quatro negociações “em igual parte” com Manuel de Matos Simões, negociante estante em Recife. No caso eram fazendas chegadas a Pernambuco em nome de Manuel e que Bento também teria participação nas vendas, nos lucros e nas perdas. Ele também remetia mercadorias para Lisboa em nome de Manuel. Quando assim o fazia, mandava para José de Matos Simões, irmão de Manuel. Assim, Bento figurava como uma espécie de intermediário.¹⁵ Contudo, a maioria dessas últimas negociações era por conta e risco de Manuel de Matos. Não está claro porque o último procedia de tal forma. Uma vez sendo mercador ele poderia muito bem dispensar um intermediário como Bento.

É possível, contudo, que Manuel de Matos estivesse se desvencilhando da carreira mercantil em finais da década de 1780. Ao que tudo indica, ele tinha uma vida mercantil mais ativa durante a década de 1770, pois aparece em 1780 devendo mais de um conto para a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (AHU, D. 10206). Em 1785 se encontrava em Lisboa mandando procurações para Domingos Antônio Pereira, Amaro Soares de Maris e José da Silva Loureiro em Recife (ANTT, 10^o CNL, Cx. 21, liv. 116, f. 71-71v),¹⁶ indivíduos que, futuramente, seriam os contatos de Bento em Pernambuco e que fariam negócios com sua casa.

Em 1796, José de Matos Simões, em Lisboa, mandou uma procuração conjunta para seu irmão e para Bento cobrarem Daniel Eduardo Rodrigues Grijó (ANTT, 10^o CNL, Cx. 31, liv. 171, f. 81v). E, em 1799, outro comerciante de Lisboa, Vicente da Silva Fialho, também lavrou procuração para os dois cobrarem um negociante em Pernambuco que, em finais da década de 1780, fazia negócios com Bento, o já mencionado Domingos Antônio Pereira (ANTT, 10^o CNL, Cx. 35, liv. 188, f. 120).

¹⁴ Provavelmente Bento e seu irmão possuíam sociedade mercantil, já que a divisão igual de lucros e perdas era uma característica recorrente nesse tipo de organização comercial. Para as sociedades no comércio entre Brasil e Portugal, além do trabalho de Pesavento e de Smith, já mencionados, ver também SAMPAIO, 2001 e MELO, 2018.

¹⁵ Bento também chegou a pagar dívidas de Manuel Matos Simões em Pernambuco no ano de 1787. No caso o credor era Antônio Marques, também em Pernambuco. Cf. IAHGP, Códice 169, f. 3.

¹⁶ Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Cartório notarial de Lisboa (CNL), Caixa (Cx.), Livro (liv.), Fólio (f.). Doravante ANTT, CNL, Cx., liv., f.

É interessante observar essas relações pois elas ajudam a entender como o círculo mercantil foi se moldando ao longo de 15 anos de negociações e de como um contato em Pernambuco estava intimamente ligado a outros. Assim, analisando essas conexões, depreende-se que, além de seu irmão, Bento tinha estreita relação com os irmãos Matos Simões e com pessoas próximas a eles.

Além de negociações em igual parte, Bento remetia e mandava remeter mercadorias por sua conta e risco. Bento realizou sete operações dessa natureza para importar mercadorias do reino, as quais totalizaram em mais de três contos. Na maioria desses casos, as fazendas chegavam em nome de Manuel de Matos Simões, provavelmente remetidas por seu irmão, José de Matos Simões. Em outras operações (que somaram sete contos), as mercadorias chegavam a Recife em seu nome, mas os riscos corriam na responsabilidade de Manuel.

Bento também despachava mercadorias para Portugal exclusivamente por sua conta e risco. Para isso, utilizava-se de outros contatos. Um deles era o grande mercador de Lisboa, João de Oliveira Guimarães, que servia como comissário de Bento na capital do reino. Por exemplo, em 30 de setembro de 1788, Bento remeteu 781 couros a João de Oliveira Guimarães. As vendas dos couros que João de Oliveira Guimarães fizesse em Lisboa deveria mandar para Bernardo José da Costa, irmão de Bento. Contudo, os irmãos tinham negociação em igual parte, pelo menos para essa operação. Ou seja, mesmo mandando os couros por sua conta e risco, a renda dessa troca fazia parte da negociação que tinha com seu irmão que era de igual parte (IAHGP, Códice 169, f. 13v-15).

Igualmente, Bento remetia mercadorias exclusivamente por conta e risco de outros, que eram mercadores na colônia ou mercadores em Portugal. Certa feita, ele havia remetido 249 vaquetas de um mercador da Bahia para serem entregues em Lisboa (IAHGP, Códice 169, f. 10v). Outra vez, enviou algodões a mando de um mercador de Lisboa, Manuel da Fonseca Silva (IAHGP, Códice 169, f. 23). Nos dois últimos casos, Bento assumia o papel de comissário.

Todavia, para tudo isso surtir efeito, Bento deveria confiar nos lojistas e negociantes da colônia para que eles lhe retornassem os investimentos e, ao que tudo indica, as vendas que Bento realizava para eles corria exclusivamente por sua conta e risco. Pelo contrário, as fazendas que vinham de Portugal e os gêneros que iam para Portugal possuíam uma pulverização maior dos riscos, com Bento trabalhando por sua conta, por conta de outros ou em igual parte.

Isso, teoricamente, faria com que Bento tivesse uma cautela maior com os negócios selados com os clientes coloniais. Contudo, as informações do seu diário informam poucos instrumentos de controle que intentavam amortecer os riscos. Por isso, é de se presumir que os acordos aconteciam mais na base da confiança ou em outro tipo de relação que a fonte omite. O único mecanismo de controle de Bento - o único que a fonte deixa claro - eram as obrigações. Foram nove obrigações que os coloniais lhe passaram, prometendo que iriam pagar as fazendas que haviam retirado. Bento também assinava obrigação de mercadorias que havia recebido e, nesse caso, elas totalizaram em quatro.

Os pagamentos que os coloniais faziam a Bento eram, em sua maioria, na forma de dinheiro, como já apontado. Mas não necessariamente eram os mesmos indivíduos

que se dirigiam até a casa comercial de Bento de modo a saldar os empenhos. Em alguns casos, terceiros eram acionados para quitar os compromissos. É o caso do negociante Domingos Mendes que atuava na Ponte do Peba, na Ribeira do rio São Francisco. Quando ia pagar Bento José da Costa, ele procedia o pagamento através de outra pessoa, um comerciante em Recife chamado Domingos de Carvalho (IAHGP, Códice 169, f. 30v). Isso era uma tática que evitava o deslocamento do comerciante até a praça do Recife.

É natural presumir que Bento continuou tecendo relações com os mercadores de Portugal e com os mercadores coloniais. Isso, provavelmente, o favoreceu no final da década de 1790 quando conseguiu atingir a projeção de grande negociante. Uma forma de se aquilatar esse processo é por meio das cobranças de dívidas que Bento fazia em Pernambuco. Essa era uma atividade que exigia confiança e uma boa reputação como pré-requisito.

Bento, como procurador, cobrava mercadores em Pernambuco a mando de mercadores de Lisboa. Eram dívidas, em sua maioria, envolvendo fazendas e letras não pagas que Bento deveria recuperar. No seu diário de escrituração estão contidos 5 registros desse tipo. Os cartórios, contudo, fornecem um quadro mais amplo sobre essa atividade, pois cobrem um período maior que o diário de escrituração.

Tabela 4. Outorgantes em Lisboa que lavraram procurações para Bento José da Costa em Recife (1787-1799)

Data	Outorgante	Observação	Fonte
23/11/1787	Manuel Pereira da Costa		ANTT, 10º CNL, Cx. 23, liv. 127, f. 89-89v.
05/01/1788	Manuel da Fonseca Silva	C.P.O.C	ANTT, 2º CNL, Cx. 134, liv.636, f. 16v.
21/07/1790	Domingos Antônio Castro Salgado		ANTT, 10º CNL, Cx. 26, liv. 140, f. 105v-106.
15/01/1795	Francisco José Pinto	C.P.O.S.T	ANTT, 1º CNL - Ofício C, Cx. 12, liv. 58, f. 23v.
03/11/1795	Francisco Machado	Mercador de lã e seda	ANTT, 7º CNL - Ofício A, Cx. 110, liv. 666, f. 29.
16/02/1796	Custódio Pereira de Castro e Vicente da Silva Fialho		ANTT, 10º CNL, Cx. 31, liv. 170, f. 106-106v.
31/03/1796	José de Matos Simões		ANTT, 10º CNL, Cx. 31, liv. 171, f. 81v.
18/05/1797	Manuel Rodrigues Chaves		ANTT, 10º CNL, Cx. 33, liv. 178, f. 3-3v.
21/07/1799	José Lopes de Abreu		ANTT, 10º CNL, Cx. 35, liv. 188, f. 67.
12/08/1799	Vicente da Silva Fialho		ANTT, 10º CNL, Cx. 35, liv. 188, f. 120
25/11/1799	Francisco Machado	Mercador de lã e seda	ANTT, 7º CNL - Ofício A, Cx. 112, liv. 684, f. 10.
29/11/1799	Bernardo Clamousse e Companhia		ANTT, 6º CNL, Cx. 34, liv. 168, f. 82-83.

C.P.O.C = Cavaleiro professo na Ordem de Cristo. C.P.O.S.T = Cavaleiro professo na Ordem de São Tiago

Percebe-se, pela Tabela 4, que alguns dos mercadores que figuravam como contatos de Bento no diário de escrituração aparecem também ao logo da década de 1790 como pessoas que confiavam a ele a tarefa de quitar negociações em Pernambuco

com outros operadores. É o caso de Custódio Pereira de Castro, Vicente da Silva Fialho e José de Matos Simões. Novos contatos aparecem na década de 1790 e um dos mais expressivos e conhecidos pela historiografia é o grande homem de negócios Bernardo Clamousse.

Mesmo atingindo alta projeção no mundo mercantil colonial, Bento José não era imune de ações de cobradores de dívidas. Em 1807, Joaquina Juliana demandava que um procurador em Pernambuco cobrasse Bento José de um empenho, provavelmente, devido a seu falecido marido, José Pinto (ANTT, 7º CNL - Ofício A, Cx. 114, liv. 697, f. 90v).

Bento José da Costa também chegou a ter participação, se bem que indireta, em duas sociedades mercantis seladas em Lisboa. Tanto na sociedade formada entre José Bento de Araújo com Álvaro Gonçalves em 1796, como na de Joaquim José de Almeida com Antônio Ferreira em 1798, Bento atuava como o responsável em retirar as mercadorias da alfândega de Recife caso um dos sócios estivesse ausente.¹⁷ Ou seja, os mercadores em Lisboa, tinham conhecimento da boa reputação de Bento, por isso confiavam nele tal responsabilidade.

6. Conclusões

De modo a participar do negócio colonial, Bento José da Costa necessitava de operadores que lhe fornecessem fazendas de Portugal e contatos na mesma praça para receber os gêneros coloniais que enviava. Viu-se que seu irmão em Lisboa era o grande responsável por essas duas funções. Ao que tudo indica, então, era pela via familiar que esse mercador conseguia sustentar sua atividade mercantil na colônia. Mas não só, pois também eram de grande relevância os seus outros parceiros comerciais.

O modo como importava e exportava mercadorias estava apoiado em formas de comércio mais diversificadas, com Bento fazendo negociações pulverizadas por sua conta e risco, por conta de outros e com riscos e lucros divididos igualmente. Era diferente do que ocorria com as vendas de fazendas no mercado colonial que, provavelmente, corriam somente na sua responsabilidade. O dinheiro era a principal forma com que os coloniais lhe pagavam e era com ele que Bento adquiria as mercadorias coloniais para, futuramente, remeter para a metrópole.

Fontes

Instituto Arqueológico Histórico Geográfico Pernambucano (IAHGP):

Códice 169 - Diário de escrituração de Bento José da Costa - 1786 -1792.

Arquivo Histórico Ultramarino, avulsos de Pernambuco (AHU):

[1780, julho, 27, Lisboa]. PROCESSO das listas dos débitos dos senhores de engenho, dos rendeiros e lavradores de açúcar, dos fabricantes de sola, dos negociantes e mercadores, e demais devedores à Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba. AHU_ACL_CU_015, Cx. 137, D. 10206.

¹⁷O registro da primeira sociedade se encontra no ANTT, 10º CNL, Cx. 32, liv. 175, f. 58-58v. A segunda no ANTT, 2º CNL, Cx. 139, liv.662, f. 42-43v.

[ant. 1799, novembro, 26]. REQUERIMENTO do senhor de engenho, contratador dos dízimos da capitania do Ceará, negociante da capitania de Pernambuco, Bento José da Costa, ao príncipe regente [D. João], pedindo licença para usar pistolas. Anexo: 1 doc. AHU_ACL_CU_015, Cx. 212, D. 14408.

1800, setembro, 27, Recife. OFÍCIO (1ª via) da Junta Governativa da capitania de Pernambuco ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, informando seu parecer a respeito do requerimento de Bento José da Costa, negociante da praça do Recife, em que pede confirmação de carta patente de tenente-coronel da conquista da dita vila. Anexos: 5 docs.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 220, D. 14862.

1805, novembro, 12, Lisboa. CERTIDÃO do juiz do Crime do bairro do Limoeiro, Tomás José Nepomuceno Ferreira da Veiga, ao negociante da capitania de Pernambuco, Bento José da Costa, declarando que é o dono da sumaca Ventura Feliz. AHU_ACL_CU_015, Cx. 257, D. 17262.

1808, novembro, 24, Lisboa. ATESTADO do secretário da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, Francisco Soares de Araújo Silva, sobre o termo de juramento assinado por Joaquim Gomes de Santiago, declarando que é mestre da sumaca Passos e Vitória, de que é proprietário Bento José da Costa. Anexo: 1 doc. AHU_ACL_CU_015, Cx. 271, D. 18062.

1814, julho, 22, Lisboa. ATESTADO do secretário da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, José Acúrsio das Neves, sobre o termo de juramento assinado por José Antônio de Sousa, declarando ser mestre da sumaca Penha, de que é proprietário Bento José da Costa. Anexos: 2 docs. AHU_ACL_CU_015, Cx. 276, D. 18505.

1813, fevereiro, 23, Lisboa. ATESTADO do secretário da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, José Acúrsio das Neves, sobre o termo de juramento assinado por Feliciano Dias dos Prazeres, declarando ser mestre do bergantim Aurora, de que é proprietário Bento José da Costa. Anexo: 1 doc. AHU_ACL_CU_015, Cx. 275, D. 18416.

1815, novembro, 21, Lisboa. ATESTADO do secretário da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, José Acúrsio das Neves, sobre o termo de juramento assinado por Feliciano Dias dos Prazeres, declarando ser mestre do navio São João Batista, de que é proprietário Bento José da Costa. Anexo: 1 doc. AHU_ACL_CU_015, Cx. 277, D. 18612.

1819, junho, 5, Lisboa. ATESTADO do secretário da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, José Acúrsio das Neves, sobre o termo de juramento assinado por Domingos Francisco da Silva, declarando ser mestre da galera Nova Aurora, de que é proprietário Bento José da Costa. Anexo: 1 doc. AHU_ACL_CU_015, Cx. 281, D. 19040.

1819, dezembro, 6, Lisboa. ATESTADO do secretário da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, José Acúrsio das Neves, sobre o termo de juramento assinado por Domingos Francisco da Silva declarando ser mestre do navio Alexandre Primeiro, de que é proprietário Bento José da Costa. Anexos: 2 docs. AHU_ACL_CU_015, Cx. 281, D. 19109.

1823, julho, 29, Lisboa. ATESTADO do secretário da Real Junta do Comércio, Agricultura,

Fábricas e Navegação, José Acúrsio das Neves, sobre o termo de juramento assinado por Bento José da Cunha Viana, como procurador de João Manoel Alves, declarando ser o constituinte mestre do bergantim São Manoel Augusto, de que é proprietário Bento José da Costa. Anexos: 2 docs. AHU_ACL_CU_ 015, Cx. 288, D. 19789.

1823, setembro, 11, Lisboa. ATESTADO do secretário da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, José Acúrsio das Neves, sobre o termo de juramento assinado por José Joaquim Neves, declarando ser o mestre da sumaca Santo Antônio Vencedor, de que é proprietário Bento José da Costa.

Anexo: 1 doc. AHU_ACL_CU_ 015, Cx. 288, D. 19804

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT):

Cartórios Notariais de Lisboa (CNL):

1º Cartório notarial de Lisboa (CNL) - Ofício C, Livro de Notas (LN), Caixa (Cx.) 12, Livro (liv.) 58, Fólio (f.) 23v.

2º CNL, LN, Cx. 134, liv. 636, f. 16v. Cx. 139, liv. 662, f. 42-43v.

6º CNL, LN, Cx. 34, liv. 168, f. 82-83.

7º CNL, LN - Ofício A, Cx. 110, liv. 666, f. 29. Cx. 112, liv. 684, f. 10. Cx. 114, liv. 697, f. 90v.

10º CNL, LN, Cx. 21, liv. 116, f. 71-71v. Cx. 23, liv. 127, f. 89-89v. Cx. 26, liv. 140, f. 105v-106. Cx. 31, liv. 171, f. 81v e liv. 170, f. 106-106v. Cx. 32, liv. 175, f. 58-58v. Cx. 33, liv. 178, f. 3-3v. Cx. 35, liv. 188, f. 67 e 120.

Bibliografia

ALDEN, Dauril. Vicissitudes of Trade in the Portuguese Atlantic Empire during the First Half of the Eighteenth Century: a review article. *The Americas*, vol. 32, n. 2, p. 282-291. October 1975. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/980663?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 03 Maio 2018.

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império*. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

COSTA, Leonor Freire. Entre o açúcar e o ouro: permanência e mudança na organização dos fluxos (séculos XVII e XVIII). In FRAGOSO, João (org.) *Nas rotas do império*. Eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: EDUFES, 2014.

COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Defeza de D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho Bispo de Elvas, em outro tempo Bispo de Pernambuco...* Lisboa: na Nova Offic. de João Rodrigues Neves, 1808.

CUNHA, Carlos Guimarães da. *Negociantes, mercadores e traficantes no final da monarquia absoluta*. A burguesia mercantil em Portugal, dos anos finais do século XVIII até ao início da Revolução Liberal. Lisboa: Edições Colibri, 2014.

DENSMORE, Christopher. Understanding and using early nineteenth century account books. *The Midwestern Archivist*. Vol. V, No. 1, p. 5-19. 1980. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/41102028?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 03 Maio 2018.

DONOVAN, William. *Commercial Enterprise and Luso-Brazilian Society during the Brazilian gold rush: the mercantile house of Francisco Pinheiro and the Lisbon to Brazil trade, 1695-1750*. 457f. Tese (Doutorado em História). Johns Hopkins University, Baltimore, 1990.

ELLIS, Miriam. Comerciantes e Contratadores do passado colonial: uma hipótese de trabalho. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, USP, N. 24, p. 97-122. 1982. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69710>. Acesso em: 03 Maio 2018.

FALCON, Francisco José Calazans. *A Época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1993.

FLORY, Rae. *Bahian society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*. 382f. Tese (Doutorado em História). University of Texas, Texas, 1978.

FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fatima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil colonial [3 volumes]*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio. A interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

KENNEDY, John Norman. Bahian Elites, 1750-1822. *Hispanic American Historical Review*, vol. 53, no. 3, p. 415-439. 1973. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2512972?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 03 Maio 2018.

LISANTI, Luis. *Negócios coloniais. Uma correspondência comercial do século XVIII*. [5 volumes]. Brasília: Ministério da Fazenda, 1973.

LUGAR, Catherine. *The merchant community of Salvador, Bahia, 1780-1830*. 331f. Tese (Doutorado em História). State University of New York at Stony Brook, New York, 1980.

MARQUES, Teresa Cristina. José Vaz Salgado: a herança de um militar-mercador no Recife de meados do século XVIII. *Textos de História*, vol. 15, nº 1/2, p. 243-257. 2007. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/971/638>. Acesso em: 03 Maio 2018.

MELO, Felipe Souza. *O negócio de Pernambuco: financiamento, comércio e transporte na segunda metade do século XVIII*. 628f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

_____. Contract Enforcement and Risk Reduction: the Luso-Brazilian Companies in the last Quarter of the Eighteenth Century. *Global Histories*, Volume IV, p. 84-105. May 2018. Disponível em: <https://www.globalhistories.com/index.php/GHS/article/view/163>. Acesso em: 03 Maio 2018.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Antônio Fernandes de Matos, 1671-1701*. Recife: Edição dos Amigos da DPHAN, 1957.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Nobres e mascates na câmara do Recife, 1713-1738*. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. V. LIII, 1981.

MENZ, Maximiliano M. *Entre impérios*. Formação do Rio Grande na crise do sistema colonial português (1777-1822). São Paulo: Alameda, 2009.

_____. Domingos Dias da Silva, o último contratador de Angola: a trajetória de um grande traficante de Lisboa. *Tempo* [online]. Vol. 23, n.2, p. 383-407. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042017000200383&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 03 Maio 2018.

PEDREIRA, Jorge. *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822)*. Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. 620f. Tese (Doutorado em História). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995.

_____. Brasil, fronteira de Portugal: negócio, emigração e mobilidade social (séculos XVII e XVIII). In: CUNHA, Mafalda (Coord.). *Do Brasil à metrópole, efeitos sociais (séculos XVII-XVIII)*. Anais da Universidade de Évora, n. 8-9, p. 47-72, 1998-1999.

PEREIRA, Alexandra Maria. *Das minas à corte, de caixeiro a contratador*: Jorge Pinto de Azeredo. Atividade mercantil e negócios na primeira metade do século XVIII. 310f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da corte*: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade dos setecentos. 226f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. *A cidade de Salvador*: estrutura econômica, comércio de escravos, grupo mercantil, c. 1750 – c. 1800. 256f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português (1701-1750). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Na encruzilhada do império hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SANTOS, Augusto Fagundes da Silva. *História financeira da Santa Casa de Misericórdia da Bahia no século XVIII*. Salvador: Quarteto Editora, 2015.

SCHULTZ, Sally M.; HOLLISTER, Joan. Single-Entry Accounting in Early America: the accounts of the Hasbrouck family. *The Accounting Historians Journal*, Vol. 31, No. 1, p. 141-174. June 2004. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/40698296?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 03 Maio 2018.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SILVA, Antonio Delgado da. *Collecção da Legislação portuguesa desde a ultima compilação das ordenações [...]*. Vol. 1. Lisboa: Tip. Maigrense, Correia da Cunha, 1830-1849.

SMITH, David Grant. *The mercantile class of Portugal and Brazil in the seventeenth century*: a socio-economic study of the merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690.

439f. Tese (Doutorado em História). University of Texas, Texas, 1975.

SOUZA, Avanete Pereira. *A Bahia no século XVIII*. Poder político local e atividades econômicas. São Paulo: Alameda, 2012.

SOUZA, George Felix Cabral de. *Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la câmara municipal de Recife (1710-1822)*. 937f. Tese (Doutorado em História). Universidad de Salamanca, Salamanca, 2007.

_____. Nos sertões e no Atlântico. A trajetória de um grande comerciante na América portuguesa do século XVIII. In: LISBOA, Breno Almeida Vaz. et. al. (org.) *Essa parte tão nobre do corpo da monarquia*. Poderes, negócios e sociabilidades em Pernambuco colonial. Séculos XVI-XVIII. Recife: Editora UFPE, 2016.